



EIXO 4: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA, SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PROFISSÃO DOCENTE

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O FENÔMENO DAS “SAUNAS DE AULA” NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Inny Accioly

UFF

innyaccioly@gmail.com

Igor Andrade da Costa

UFRRJ

igorgeografo@ufrj.br

Luciane Da Silva Nascimento

UERJ

luciane.estrela@gmail.com

Rodrigo Lamosa

UFRRJ

rodrigo1281@yahoo.com.br

Resumo

Esta pesquisa analisa as condições de trabalho na rede pública de Educação Básica no estado do Rio de Janeiro, vinculadas à Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ) e a Secretaria Municipal de Educação (SME-RJ) diante do calor extremo resultante das mudanças climáticas. Buscamos compreender em que medida as mudanças climáticas afetam as condições de trabalho e saúde dos professores. Nas últimas décadas, diversas pesquisas trouxeram evidências de aumento do adoecimento decorrente da intensificação e precarização do trabalho (Assunção; Oliveira, 2009; Assunção; Barbosa, 2024). Contudo, ainda parece haver uma invisibilidade social sobre a problemática (Araújo; Pinho; Masson, 2019; Assunção; Barbosa, 2024). Referenciado no método do materialismo histórico-dialético, a investigação usou como instrumentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, análise documental e levantamento estatístico. A fim de compreender o grau de vulnerabilidade dos professores ao calor extremo no local de trabalho – que vem sendo denunciado pelos sindicatos como

“saunas de aula” – utilizamos o aplicativo “Monitor IBUTG” (Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo), que realiza monitoramento remoto para avaliar o risco de exposição de trabalhadores ao calor ao ar livre. Também analisamos normativas de segurança e saúde do trabalho e realizamos levantamento estatístico no Censo Escolar da Educação Básica 2023 (Brasil, 2023) para identificar o número de salas de aula climatizadas por escola, por bairro, por município e por mesorregião do estado do Rio de Janeiro. Entendemos a climatização como a adequação da sala de aula por meio da refrigeração, respeitando as condições para conforto térmico, como a metragem da sala, o tipo de atividade e a quantidade de pessoas no recinto durante um determinado período. Ressaltamos os limites de usar o Censo como indicador, uma vez que ele não considera estas questões. Nosso objetivo foi explicitar os limites da legislação que negligencia a escola como um local de trabalho. No Brasil, sete em cada dez salas de aulas utilizadas na Educação Básica pública não são climatizadas (Brasil, 2023). A rede municipal de Educação tem 195 escolas (no universo de 1.254 escolas) sem climatização e a rede estadual possui 249 escolas sem climatização. Nossa pesquisa selecionou 10 escolas no Estado do Rio de Janeiro (8 da rede estadual e 2 da rede municipal do Rio de Janeiro) em que a comunidade escolar realizou denúncias nas mídias devido ao calor extremo nas salas de aula. A variação do IBUTG, em 14 de fevereiro de 2025, na localidade de cada escola e a situação da climatização (de acordo com o Censo Escolar 2023) demonstrou exposição ao calor com alto risco à saúde. O Noroeste Fluminense, que é a Mesorregião com maior IBUTG e alto risco à saúde, possui apenas 65,23% das salas climatizadas. Os efeitos são sentidos de forma desigual, sendo as zonas Norte e Oeste suscetíveis ao maior aquecimento e ilhas de calor (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016). Quando desagregamos os dados por bairros, também identificamos desigualdades. Na zona Norte (77,17% de escolas climatizadas), “a análise para o cenário futuro mostra o aumento expressivo no número de unidades potencialmente expostas a todos os perigos, destacando-se, mais uma vez, as altas temperaturas, com a exposição da totalidade de unidades escolares e de saúde” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016, p.37). Na zona Oeste (81,91% das escolas climatizadas), sobressai “a potencial exposição a altas temperaturas, em especial no que se refere a quase totalidade das unidades de saúde e escolar” e “o número significativo de unidades escolares em áreas com suscetibilidade a escorregamentos de massa”



(Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016, p.39). A invisibilidade social sobre o fenômeno do adoecimento dos professores denota tendência de individualizar o problema e naturalizar o trabalho como ambiente de sofrimento. Além disso, os professores são colocados à margem da legislação de segurança do trabalho, apontando uma tendência arraigada de não os considerar trabalhadores e sim sujeitos desapegados das próprias necessidades em nome de uma suposta “missão” de cuidar/educar. Diante do cenário de mudanças climáticas, as perspectivas são de aumento da mortalidade.

Palavras-chave: Condições de Trabalho Docente. Mudanças climáticas. Precarização do Trabalho.

Referências

ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; MASSON, M. L. V. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, 2019.

ASSUNÇÃO, A.A.; BARBOSA, R.E.C. Invisibilidade social do adoecimento de professores da educação básica no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n.49,2 v1, 2024.

ASSUNÇÃO, A.A; OLIVEIRA, D.A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação e Sociedade**, n.30, v.107, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2023**: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2023.

BRIMICOMBE, C.; GAO, C.; OTTO, I.M. Vulnerable to heat stress: gaps in international standard metric thresholds. **International Journal of Biometeorology**, 2024.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2016.